



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?



É PELA VIDA DAS MULHERES. BOLSONARO NUNCA MAIS!

Pág. 8 e 9

Quem mandou matar Marielle Franco e Anderson Gomes? Assassinato completa 4 anos sem respostas

Pág. 4

Violência Obstétrica: mais uma das muitas formas de violência de gênero

Pág. 10 e 11

QUE A LUTA DAS MULHERES NOS INSPIRE A DIAS MELHORES

Nosso InformANDES de março traz diferentes perspectivas sobre a luta das mulheres trabalhadoras, reforçando a compreensão de que o 8 de março, mesmo tendo sido institucionalizado pela ONU somente em 1985, tem sua origem no movimento proletário russo, quando as mulheres operárias organizaram uma grande greve por melhores condições de trabalho e de vida no ano de 1917.

Ainda que, mais de um século depois, tenha sido possível avançar em direitos conquistados pelas mulheres – dentre outros, o direito ao voto e ao divórcio –, muitas são as violências que se mantêm na base da sociedade patriarcal capitalista. É o caso da violência obstétrica, por exemplo. Uma expressão da violência patriarcal, na maioria das vezes silenciosa, mas que marca profundamente a subjetividade da mulher vítima em um momento extremamente importante de sua vida que é o da gravidez e do parto.

Para debater alguns dos principais enfrentamentos das mulheres no tempo presente, convidamos um conjunto de docentes da nossa categoria para manifestar, em forma de depoimentos,

suas reflexões sobre as várias faces da violência estrutural patriarcal e machista. A professora da Universidade Federal de Uberlândia, Jorgetânia Ferreira, chama a atenção para o fato de que as mulheres representam a maior base eleitoral do país, no entanto, ocupam apenas 15% das vagas no legislativo.

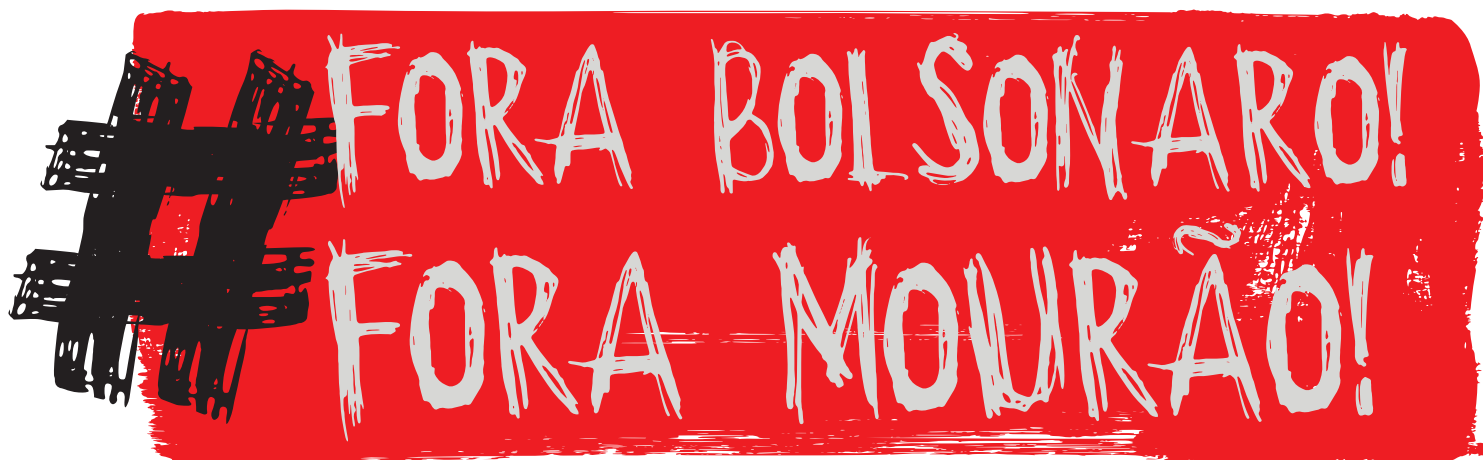
E quando as mulheres ocupam espaços políticos relevantes são vítimas de muita violência e ameaças. É preciso lembrar, nesse sentido, que fazem 4 anos que a vereadora mulher negra Marielle Franco foi assassinada no Rio de Janeiro, juntamente ao seu motorista Anderson Gomes. Desde então, o caso não foi resolvido, não tendo sido identificados os mandantes do crime. Seguimos demandando respostas. Enquanto isso, outras mulheres, em especial mulheres negras, vereadoras e deputadas, seguem recebendo ameaças de morte, numa expressão nítida do racismo e do machismo estrutural em nosso país.

O ANDES-SN tem o compromisso histórico com a luta das mulheres trabalhadoras, para que possamos de fato construir um mundo onde as mulheres possam ser totalmente emancipadas e que tenhamos uma sociedade efetivamente

igualitária e justa. E isso perpassa, entre tantas manifestações da nossa luta, pela defesa dos serviços públicos. Visto que é também nos serviços públicos, em especial, nos estados e municípios que encontramos maioria de mulheres, bem como são também as mulheres pobres e negras e suas famílias as mais beneficiadas pelos serviços públicos prestados à população.

Com isso, finalizamos este editorial, mencionando que o ANDES-SN, junto às demais entidades do Fonasefe e Fonacate, empreende a contínua luta pela reposição salarial, pela revogação da Emenda Constitucional do teto dos gastos e pelo arquivamento da PEC 32, porque entende que nossa permanente mobilização por direitos e melhores condições de trabalho significa melhores condições dos serviços públicos ofertados para a população.

Que a luta histórica das mulheres trabalhadoras nos inspire, que sigamos trilhando o caminho de construção de uma sociedade que ponha fim à exploração e a todas as formas de opressões. **MARIELLE PRESENTE! QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?** Seguimos nos perguntando. Seguiremos em luta!



EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretora Responsável: Francieli Rebelatto

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Coordenação de Pauta: Bruna Yunes DrT 9045/DF

Jornalistas: Bruna Yunes, Luciana Sendyk, Renata Maffezoli e Luís Andrade

Diagramação, arte final e finalização: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

Quem mandou matar Marielle Franco e Anderson Gomes?

Assassinato completa 4 anos sem respostas



No dia 14 de março completou quatro anos dos assassinatos da vereadora Marielle Franco e do seu motorista Anderson Gomes, ocorridos no centro da cidade do Rio de Janeiro. Até hoje, o caso segue sem respostas sobre quem foi o mandante do crime político, que teve repercussão nacional e internacional.

Durante esses 48 meses, a investigação passou por cinco delegados responsáveis. Também nesse período, a polícia prendeu o policial militar reformado Ronnie Lessa e o ex-policial Élcio de Queiroz, que são apontados como autores do crime. Eles estão presos, aguardando júri popular. No entanto, até o momento as forças policiais não responderam quem mandou matar a vereadora.

Para Rosineide Freitas, da coordenação do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe para as Questões Etnorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) do ANDES-SN, o crime contra Marielle e Anderson foi uma execução sumária, planejada, orquestrada contra uma parlamentar.

“Não há interesse em desvendar o caso e esse não interesse está associado há múltiplas questões. Nesta conjuntura, de uma era Bolsonaro de avanço de uma política de ódio, o não avanço da investigação é sim um projeto político”, explica.

Interferências e atrasos nas investigações

Em julho de 2021, após denúncias sobre interferências nas investigações, entidades de direitos humanos e familiares das vítimas criaram o comitê “Justiça Por Marielle e Anderson” para cobrar transparência e posicionamento das autoridades responsáveis.

Segundo Rosineide Freitas, são anos de atropelos e atrasos nas investigações, além das trocas dos responsáveis por elas, e a tentativa de levar o caso para a esfera federal e tirar a responsabilidade do estado do Rio de Janeiro.

“É necessário que continuemos nos empenhando nessa pressão com o Instituto Marielle Franco, a Anistia Internacional, as organizações em defesa dos direitos humanos, as entidades antirracistas e com os movimentos que compomos dentro das universidades com os movimentos sociais. O Brasil precisa de uma resposta a esse crime político, cometido contra uma parlamentar que se tornou semente no país e no mundo, com uma luta que deve ser historicamente defendida”, afirma.

Ameaças

Outras parlamentares seguem sofrendo intimidações, como é o caso da vereadora

Benny Briolly, de Niterói (RJ), que já recebeu mais de 20 ameaças, sendo que seis ocorreram apenas em 2022. Na semana de 8 de março, as parlamentares Benny, Erika Hilton (Psol-SP) e Andreia de Jesus (Psol-MG) foram ameaçadas.

Carol Dartora (PT-PR), ativista e primeira mulher negra a se eleger vereadora em Curitiba, foi alvo de diversos ataques racistas e recebeu ameaças de morte em suas redes sociais e por e-mail. Duda Salabert (PDT-MG), eleita a primeira vereadora trans em Belo Horizonte (MG), também recebeu ameaças de morte.

Já o caso da deputada federal Talíria Petrone (PSOL- RJ) ganhou repercussão internacional. Por receber seguidas ameaças de morte no estado do Rio de Janeiro, Talíria precisou acionar a Organização das Nações Unidas (ONU) para pedir proteção diante da ausência de ajuda por parte dos governos federal e fluminense.

Para a diretora do Sindicato Nacional, a impunidade do caso Marielle estimula novos crimes contra mulheres negras e combativas. “No Brasil, matar uma parlamentar preta é algo permitido. Em um país onde a taxa de genocídio da população negra se mantém altíssima e que é a nação que mais mata a população trans e travesti no mundo inteiro, isso é muito flagrante. Essa sinalização do Estado brasileiro significa uma licença para matar para as forças políticas racistas, machistas e lgbttifóbicas”, afirma Rosineide.

“Por isso, é necessário e importante que o 14M seja lembrado e que cobremos do Estado brasileiro respostas sobre quem mandou matar Marielle Franco e por quê? E, mais que isso, que a gente sinalize o nosso apoio à luta das mulheres pretas em todas as esferas da vida política”, conclui.

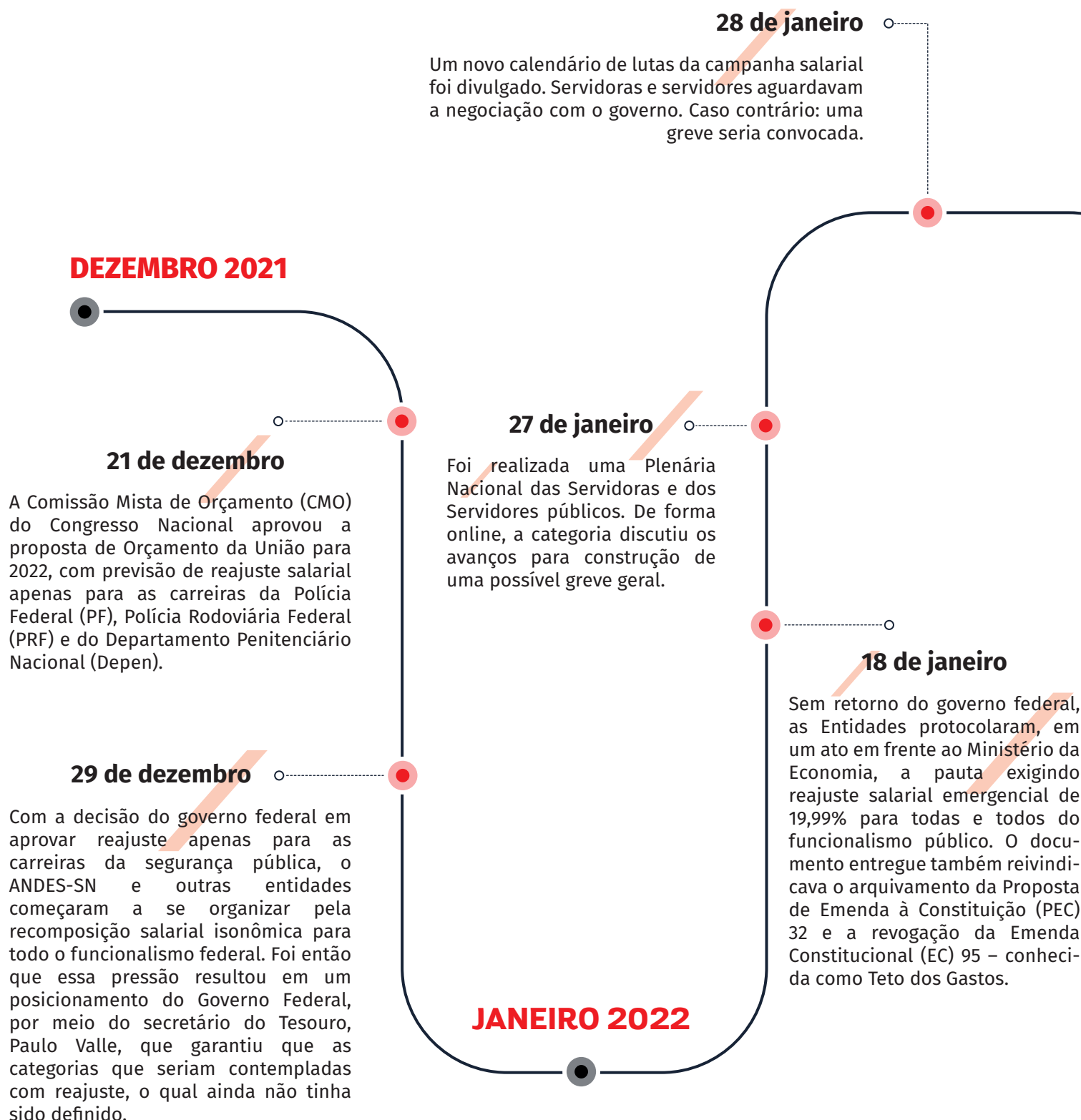


Marielle

Mulher, negra, LGBTTI, mãe, vereadora, nascida e criada na favela da Maré, no Rio de Janeiro, Marielle tinha atuação pautada em defesa de negros e pobres e denunciava a violência contra essa população. Socióloga e mestre em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Marielle foi a 5ª vereadora mais votada do Rio de Janeiro, com 46,5 mil votos, e a mulher mais votada na eleição.

REAJUSTE SALARIAL É DIREITO!

Em unidade para pressionar pelo reajuste emergencial de 19,99% para todas as categorias do serviço público, diversas entidades e centrais sindicais participam, desde dezembro de 2021, de reuniões, atos e mobilizações por todo o Brasil. Nesta edição do InformANDES, você poderá conferir como essa luta começou e o que foi feito até aqui.



8 de março

No dia Dia internacional de Luta das Mulheres trabalhadoras, servidoras públicas ocuparam as ruas de várias cidades do Brasil, por salário justo, contra a carestia e a fome e pelo fim do governo Bolsonaro.

16 de março

Dia Nacional de Paralisação, com atos em diversas cidades do Brasil. Em Brasília, a uma marcha foi organizada, saindo do Espaço do Servidor, na Esplanada dos Ministérios, até o Ministério da Economia, no bloco P. Servidoras e servidores começam uma vigília em frente ao Ministério da Economia.

MARÇO 2022**FEVEREIRO 2022****02 de fevereiro**

Mais uma atividade dos SPF reforçando a luta pelo reajuste salarial de 19,99%. Na data, manifestantes se encontraram no Espaço do Servidor e marcharam até o anexo II da Câmara dos Deputados, passando pela Praça dos Três Poderes e mostraram que estavam aguardando a negociação com o governo.

23 de fevereiro

Mais uma Plenária Nacional online foi convocada pelo Fonasefe e pelo Fonacate para discutir atividades, analisar os cenários e construir uma greve geral, após deliberações das assembleias locais nos estados.

23 de março

Após pressões durante a vigília, Secretário de Gestão de Pessoas do Governo Federal convoca representantes do Fonasefe para uma reunião presencial.

18 de fevereiro

Para marcar o primeiro mês sem respostas por parte do governo Bolsonaro sobre a pauta apresentada, servidoras e servidores públicos participaram de um ato em frente ao Ministério da Economia, na Esplanada dos Ministérios.

**REAJUSTE SALARIAL
EMERGENCIAL DE 19,99%**

JÁ!

Mulheres brasileiras seguem em luta pela vida e pelo Fora Bolsonaro



Foto: LAZARO MENDES/IMPRESA ANDES-SN

*“Companheira me ajude,
eu não posso andar só.
Eu sozinha ando bem,
mas com você ando melhor”*

O canto tradicional das manifestações de mulheres, que expressa a importância da unidade na luta, a empatia, apoio e acolhimento presentes entre as mulheres que lutam, ecoou pelo país nesse mês de março. As mulheres brasileiras foram às ruas, em mais um Dia Internacional de Luta das Mulheres Trabalhadoras, mostrar sua força e unidade.

Em todas as regiões do Brasil, manifestações contra o machismo e a misoginia perpassaram temas atuais, como a necessidade de derrubar Jair Bolsonaro e frear sua política genocida e de garantir, às trabalhadoras, um mundo livre de todas as formas de opressão.

Com o tema nacional “Pela Vida das Mulheres - Bolsonaro nunca mais! Por um Brasil sem machismo, racismo e

fome!”, as manifestações nos estados também abordaram pautas locais e contaram com grande participação da categoria docente. “Conseguimos fazer mobilizações em unidade na maioria dos estados, o que mostra a organização das mulheres frente ao conservadorismo, com o slogan contra o racismo, contra a fome, contra a carestia, pela vida das mulheres, pelos direitos das mulheres”, avalia Raquel de Brito Souza, 1ª vice-presidenta da regional Pantanal do ANDES-SN.

A diretora, que também integra o Grupo de Trabalho Políticas de Classe para as Questões Etnorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual do Sindicato Nacional, (GTPCGEDS), exemplifica com a organização no Mato Grosso, onde, segundo ela, houve um grande avanço na articulação das mulheres. “Conseguimos realizar, no dia 5 de março, uma plenária unificada das mulheres com vários movimentos feministas, com mulheres organizadas em movimentos sociais, sindicais, ou mesmo aquelas que sentiram vontade de participar,

contando com a participação dos sindicatos, inclusive de docentes [Adufmat SSind., Adunemat SSind e ANDES-SN] com transmissão simultânea em 3 municípios - Cuiabá, Barra do Garça e Sinop. Essa plenária redigiu um documento com as demandas das mulheres em Mato Grosso, que foi protocolado junto à Assembleia Legislativa”, contou.

De acordo com Raquel, o manifesto das mulheres mato-grossenses cobrou mais atenção e avanço nos direitos sexuais e reprodutivos e no combate à violência de gênero. “Tivemos uma grande participação das docentes nas atividades, na estruturação e no debate”, acrescentou.

Assim como no Mato Grosso, atendendo ao chamado da Diretoria Nacional, a base do ANDES-SN somou forças em atos país afora, com a participação das seções sindicais, secretarias regionais e docentes da base do Sindicato Nacional. Segundo Sambara Paula Ribeiro, 1ª vice-presidenta da Regional Nordeste 1 do ANDES-SN, a

opressão que pesa sobre as mulheres nas diferentes dimensões das suas vidas, a cada dia, se faz também visível no âmbito das Instituições de Ensino Superior.

“O ANDES-SN, a partir da materialidade da situação de violência, assédio e desigualdade nas condições e oportunidades para as mulheres no contexto acadêmico, bem como no que se refere à participação sindical, vêm assumindo ações políticas que contemplam fortemente o combate ao machismo, à misoginia e ao patriarcado. Nesse sentido, a participação de diretoras e diretores do nosso sindicato, bem como das suas seções sindicais, na construção das mobilizações do 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres Trabalhadoras, tem se ampliado a cada ano à medida que vem se tornando cada vez mais necessária e importante”, ressaltou Sâmbara.

Avanço do conservadorismo

Enquanto em outros países latino-americanos, como Colômbia, Chile e Argentina, a luta das mulheres avança na ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos, o Brasil assiste a uma forte pressão para retroceder nos poucos direitos garantidos. Segundo levantamento do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), em 15 anos, o Estatuto do Nascituro teve 19 projetos apensados. Destes, 12 foram apresentados nesta legislatura.

O Estatuto do Nascituro (PL 478/2007), conhecido como “bolsa-estupro”, foi apresentado em 2007 no Congresso Nacional. O projeto privilegia os direitos do feto desde o momento da concepção e transforma o aborto, mesmo nos casos já permitidos por lei, em crime hediondo. Com a aprovação proposta, o aborto em caso de estupro, possibilidade existente desde 1940, passará a ser ilegal.

Além do Estatuto e de seus apensados, também há projetos diretamente relacionados com a criminalização da interrupção voluntária da gravidez. Nos últimos três anos, houve um aumento expressivo na apresentação de propostas de lei antiaborto, que buscam inclusive criminalizar práticas que já são legalizadas. Segundo dados do Cfemea, somente em 2021, o Congresso Nacional recebeu 14 proposições que versam a respeito do aumento da punição em casos de aborto.

Além disso, há também uma pulverização de projetos antiaborto pelo Brasil, nas casas legislativas

estaduais e municipais. Segundo o portal Catarinas, o primeiro projeto que instituiu uma data comemorativa contra a interrupção da gravidez foi a Assembleia Legislativa de Roraima, em 2007, com a Semana de Prevenção ao Aborto, aprovada na Casa e sancionada pelo então governador Ottomar de Sousa Pinto.

Desde então, de acordo com levantamento do Catarinas, São Paulo, Rio de Janeiro, Alagoas, Paraná e Santa Catarina incluíram datas anti-aborto em seus calendários. Municípios de diferentes regiões do país também aderiram à estratégia, a exemplo de Jaraguá do Sul (SC), Londrina (PR), Campo Grande (MS), Juiz de Fora (MG) e Santa Bárbara (SP), entre tantos outros.

Nessa esteira do recrudescimento do conservadorismo e dos ataques às mulheres, às suas liberdades e direitos, vieram também os projetos com base no programa do “Escola Sem Partido”, que visam cercar a liberdade de cátedra, especialmente no que tange ao debate sobre questões de gênero, sexualidade e diversidade sexual, em especial no ambiente escolar.

O mais recente é a lei municipal de Sinop (MT), aprovada na Câmara municipal e sancionada pelo prefeito da cidade Roberto Dorner (Republicanos) no último dia 9 de março. A lei está sendo considerada o ápice de uma sequência de ações opressoras por parte do Executivo e Legislativo local nos últimos anos.

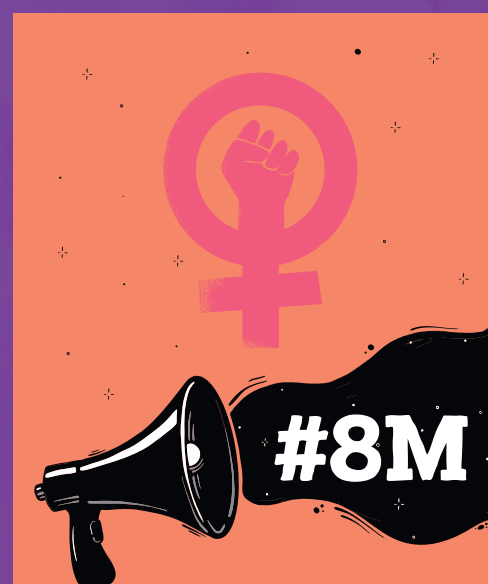
Apelidada de “Lei Conto de Aia”, em referência a uma série norte americana (*The Handmaid's Tale*, 2017), a Lei 3046/22 proíbe qualquer manifestação, divulgação, publicação ou discussão em ambientes, públicos e privados de Sinop, sobre gênero, sexualidade e direitos reprodutivos.

O argumento utilizado pelo parlamento municipal, que tem se mostrado um dos mais reacionários no país, é que o conteúdo sobre esses temas poderia promover a “desconstrução da família e do casamento tradicional”.

“Nós estamos impossibilitadas de falar, por exemplo, sobre anticoncepcional, camisinha, mudanças do corpo, em nome da família tradicional brasileira. Eu não sei por que eles chamam isso de modelo de família, quando a gente sabe que boa parte dos lares brasileiros são chefiados por mulheres”, contou a professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) em Sinop, Clarianna Silva.

A 1ª vice-presidenta da Regional Pantanal do ANDES-SN, Raquel de Brito reforçou que a legislação é um ataque direto às mulheres, à população LGBTQIA+ e também à educação e à autonomia dos e das docentes, especialmente do ensino básico, uma vez que proíbe, em nível municipal, qualquer palestra, folder, material físico ou digital que fale sobre o que os conservadores chamam de “ideologia de gênero”.

“Na verdade, estão se referindo a conteúdos que tratam de direitos sexuais e reprodutivos, sobre a igualdade de gênero, sobre LGBTQIA+fobia. Ou seja, é a censura de todo e qualquer debate em relação aos direitos humanos, sexuais e reprodutivos, em nível de município, inclusive dentro de instituições educacionais. É importantíssimo que nós, do ANDES-SN, estejamos atentas e atentos, e que não aceitemos esse tipo de retrocesso”, acrescentou.



Pobreza menstrual

Em um dos poucos avanços na semana do 8 de março, o Congresso Nacional derrubou o veto parcial do presidente Jair Bolsonaro ao projeto de lei que visa combater a pobreza menstrual no país. A lei garantirá a distribuição gratuita de absorventes higiênicos para estudantes de baixa renda de escolas públicas, pessoas em situação de rua ou de extrema vulnerabilidade e presidiárias ou aquelas em cumprimento de medida socioeducativa.

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), no Brasil, mais de 4 milhões de meninas não têm acesso a itens mínimos de cuidados menstruais nas escolas. Por falta de absorventes, 1 a cada 5 jovens (20%), de 14 a 24 anos, deixa de ir à escola. Entre meninas e mulheres pretas, com renda de até dois salários mínimos, o índice sobe para 24%.

Violência obstétrica: mais uma das muitas formas de violência de gênero



FOTO: SHUTTERSTOCK

Sofrer uma agressão pode causar feridas incuráveis nas pessoas. E, quando o ataque extrapola as formas de violência já conhecidas, o desafio em receber reconhecimento enquanto vítima e, assim, fazer jus a uma reparação se torna ainda maior. Bem como, superar as marcas desses machucados invisíveis.

Assim é o caso da violência obstétrica, que atinge exclusivamente pessoas com útero. Entretanto, ainda não se reconhece que a razão da agressão seja o gênero. A discussão que é possível no campo da semântica transborda para as diversas questões de gênero quando se analisa o contexto e observa-se em quais situações e em que formatos ela é praticada.

O conceito violência obstétrica abrange as diversas fases da gravidez, desde antes dela efetivamente ocorrer até o pós-parto. E, embora os casos

mais ruidosos recentemente tenham ocorrido com mulheres com projeção social e financeira, a maioria ocorre longe dos holofotes da mídia, de julgamentos rumorosos e da indignação seletiva. Infelizmente, sem surpresa, grande parte das vítimas se encontra nos estratos menos privilegiados da sociedade.

Caracterizada como um conjunto de ações pautadas por desrespeito, abusos, maus tratos e violência contra a mulher, perpetrados pelos profissionais de saúde no ciclo gravídico puerperal, esse tipo de agressão possivelmente ocorre, ou passou a ser mais frequente, desde que homens começaram a participar do processo que, tradicionalmente, era praticado pelas mulheres mais próximas ou as mais experientes dos territórios.

Apesar de estar ganhando mais visibilidade e de ser uma realidade vivenciada por muitas gestantes, a violência obstétrica ainda não é tipificada como

crime no Brasil. Isso faz com que muitos casos, quando reconhecidos, permaneçam impunes e, com isso, se perpetuem.

Os movimentos de mulheres contribuíram muito para pautar o debate sobre esse tipo de violência. Nos últimos anos, o que tem sido chamado de quarta onda do feminismo manifesta-se na desnaturalização de condutas socialmente aceitas, de atitudes que até pouco tempo eram consideradas “normais” pelo simples fato de estarem profundamente enraizadas nas vivências femininas e disseminadas nas mais variadas culturas e localizações geográficas. Assim, tem aumentado a luta por direitos sexuais e reprodutivos, ao lado de questões como assédio, constrangimentos e proibições.

Violências naturalizadas

Para Carolina Montiel, cientista social mestre em Saúde Coletiva na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), a

escolha da posição em que a mulher dará à luz, algo socialmente naturalizado inclusive reproduzido em produções culturais, já simboliza locais de opressão.

“A posição deitada de pernas elevadas pode ser propícia para o médico que ‘fará o trabalho de parto’ mas a expressão ‘fazer o trabalho de parto’ já denuncia a relação de poder implícita no procedimento”, alerta Carolina.

Mesmo dentro do universo relacional, o estereótipo da mulher “que deve ser mãe” atua como fator que predispõe que algumas mulheres sejam tratadas de modo mais respeitoso do que outras, como frisa Carolina, destacando que esse é o espaço onde atua a exclusão.

As mulheres são divididas em um imaginário cultural coincidente com o tratamento que recebem por parte das instituições. “Existe um estereótipo da mulher que está gestando pela sua própria vontade ou não, e uma conduta sutil relacionada a esse aspecto, desde uma diferença no atendimento inicial a uma gestante que chega sozinha ou acompanhada à consulta”, observa a pesquisadora, para quem esse é um fator de proteção ou de risco para uma mulher sofrer violência obstétrica. Outra forma de preconceito que predispõe a grávida a sofrer discriminação é a orientação sexual não heterocisnormativa.

A pesquisadora ressalta que essa opressão tem efeitos no plano sutil. Por exemplo, uma possível atuação silenciosa por parte dos próprios profissionais de saúde, que se arrogam o direito de impor a sua noção de normalidade às mulheres que não se enquadram perfeitamente nas regras do que seria o “esperado”. Outra forma de exclusão diz respeito aos horários de atendimento, geolocalização dos serviços e outros detalhes da acolhida que dificultam o acesso à mulher trabalhadora. Esse espaço de exclusão contempla recortes de classe e raça, tornando as mulheres negras e pobres especialmente vulneráveis.

Opressão de gênero

Carolina ressalta que a violência obstétrica se encaixa na definição de violência de gênero como intervenção danosa à integridade física e psicológica da mulher, causando diminuição da autoestima, chantagem, perseguição, ridicularização ou qualquer outro ato que prejudique a existência e a história de vida de uma mulher.

“Quando paramos para pensar em violência obstétrica, ela é uma das formas

de violência mais cruéis que existe, porque vai acontecer num momento de extrema vulnerabilidade, de extrema fragilidade, e não existe algo que uma mulher possa fazer para se precaver 100% desse ato de violência”, diz a pesquisadora.

Ela ilustra com dois casos muito pontuais, com os quais travou contato durante os seus estudos de campo. O primeiro foi relatado em um congresso de parto humanizado, realizado em Santa Catarina, quando Carolina apresentava uma conferência e uma fisioterapeuta pediu para falar sobre a própria história.

“A mulher branca, profissional de saúde, professora universitária, nos contou que estudou e se preparou muito para garantir um bom parto e escolheu um médico amigo da família, tudo para não se expor à violência obstétrica. Entretanto, o parto acabou sendo realizado por via cesariana e, só depois, ela descobriu que o médico tinha férias marcadas e forçou a cirurgia para não atrapalhar seus planos”, contou.

“Já uma colega pesquisadora, advogada e negra, relatou que não encontrava médico disposto a realizar seu parto porque diziam que ‘ninguém podia colocar a mão nela, ela vai processar todo mundo’”, acrescentou.

Carolina conclui que, em nenhum momento, as mulheres podem “baixar a guarda”, seja qual for a sua raça, orientação sexual ou classe social. “Não existe algo que blinde a violência obstétrica, e eu não tenho dúvida de que a violência obstétrica é uma violência de gênero e é a que mais acontece”, avalia.



FOTO: SHUTTERSTOCK

Consensos

A importância de firmar consensos quanto à tipificação da violência obstétrica como sendo de gênero reside em questões legais e depende de diversos fatores do campo das pesquisas em Saúde Pública. Para estabelecer relações de causa e efeito, é preciso que sejam realizados estudos epidemiológicos causais e se desenvolvam instrumentos de avaliação psicométrica, delimitando o que são situações de desrespeitos, abusos, maus tratos e violência obstétrica durante a gravidez, o parto, o puerpério e contemplando abortamentos. Uma vez havendo acordo, este conhecimento pode impactar na elaboração de políticas públicas específicas para prevenção desses atos por parte dos gestores de saúde.

Do ponto de vista sócio cultural, há que se entender o tema como inserido em contextos que toleram ou mesmo estimulam a violência de forma geral contra mulheres. Sociedades patriarcais, ancoradas na violência de gênero, tendem a naturalizar atos de opressão dentro dos lares, dos diversos espaços públicos e também nas instituições, aí incluídos os serviços de saúde.

A violência institucional dificilmente ocorre totalmente desvinculada da opressão doméstica e nos demais espaços de convivência. Daí, apenas uma mudança estrutural será capaz de vencer as causas e os efeitos dessa e de outras formas de violência de gênero.

Muito além do 8 de Março: a luta das mulheres por direitos

Oficialmente, o 8 de março entrou no calendário da ONU, e por consequência virou um Dia Internacional de Luta das Mulheres, apenas em 1975. No entanto, os acontecimentos que marcaram a data ocorreram há mais de um século.

A data tem origem em uma manifestação organizada por tecelãs e costureiras de

Petrogrado, na Rússia, durante a greve iniciada no dia 23 de fevereiro de 1917 (8 de março no calendário gregoriano), por pão e paz. Esse movimento foi o estopim da primeira fase da Revolução Russa.

Mas, é importante ressaltar que a história de luta das mulheres data de muito antes, considerando os momentos em que as mulheres, individual ou coletivamente,

protestaram contra as diversas formas de dominação patriarcal e reivindicaram melhores condições de vida.

Para celebrar o mês de luta das mulheres trabalhadoras, o ANDES-SN conversou com algumas docentes de diversas regiões do Brasil para saber a opinião delas sobre o que já foi conquistado e também a luta para manutenção dos direitos. Acompanhe:



Magali Menezes

docente da Universidade Federal Rio Grande do Sul (UFRGS) e presidenta da seção sindical do ANDES-SN na UFRGS

“A luta das mulheres pelo direito de existir vem de muito tempo. Se a gente pensar na existência de forma mais profunda, como possibilidade de escolhas, de trabalho, de voto, de uma vida digna. Como forma de sentir e pensar no seu corpo, direito de escolher seu parceiro ou sua parceira, em todas as dimensões que isso se comporta, fundamentalmente no direito de escolher a forma de existir. O patriarcado está enraizado nas relações humanas, que constituem o âmbito da família, em que a responsabilidade da organização da casa, cuidar dos filhos, dos pais, é da mulher. Têm questões que apresentam mudanças, mas ainda tem muito a se avançar no sentido de conquistar direitos. A luta das mulheres não é somente pelas mulheres, é para um projeto de mundo, para que a gente tenha e viva em uma sociedade, em que todas, todos e todes possam ser respeitados pelo que são e que tenham espaço para existir plenamente”.



Marcia Montanari

docente da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)

“A luta por nossos direitos é fundamental, mas a gente sabe que depende muito da organização de luta. É necessário que as mulheres estejam presentes em todos os espaços possíveis, fazendo o que quiser e como quiser, exigindo que os seus direitos sejam respeitados. Além disso, precisamos diminuir, em todos os lugares do Brasil, com mulheres de todas as etnias, a distância entre aquelas que conseguem acessar e conhecer os seus direitos conquistados e aquelas que não conseguem”.



Jorgetânia Ferreira

docente da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

“Quando faltam as políticas públicas, lá estão as mulheres arcando com os custos das crises, provendo suas famílias e ajudando, como têm sido os trabalhos das mulheres em cozinhas comunitárias durante a pandemia. Vivemos em uma sociedade que despreza as mulheres, nos violentam e matam. Estamos na maioria da educação, estudamos mais que os homens e recebemos menos. Somos a maioria eleitoral e ocupamos apenas 15% das vagas no legislativo. Para mudar o Brasil é preciso que as mulheres sejam ouvidas e o nosso feminismo é da maioria: antirracista, anticapitalista, antilgbtfóbico e anticapacista”.



Sandra Buenafuente
docente da Universidade Federal de Roraima (UFRR)

“Precisamos de uma luta em conjunto para que se reconheça o trabalho das mulheres indígenas, camponesas e quilombolas ou no nível urbano da mulher negra, da favela, da trabalhadora, de todas as mulheres que são vulnerabilizadas. Nesse sentido, nós como sindicalistas e professores pesquisadores, sofremos também parte dessa violência e temos a obrigação de combater essas práticas, que é estendida em todos os níveis, mas nós temos a força para seguir lutando e acreditando nessa transformação. Na minha perspectiva a maior transformação virá pela tomada de consciência”.



Raquel Dias Araújo
docente da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e vice-presidenta da Sinduece Seção Sindical do ANDES-SN

“A luta das mulheres pelos seus direitos vem acontecendo há bastante tempo. Pela liberdade, pela igualdade de direitos, contra a exploração e a opressão. Hoje, nós estamos vivendo, em termo de política, tudo aquilo de significa de mais atrasado, reacionário ideologicamente e que, do ponto de vista das mulheres, é preciso lutar contra toda essa pauta e fazer avançar a luta das mulheres, para que possamos alcançar a emancipação. Uma sociedade só pode crescer se as mulheres estiverem livres”.

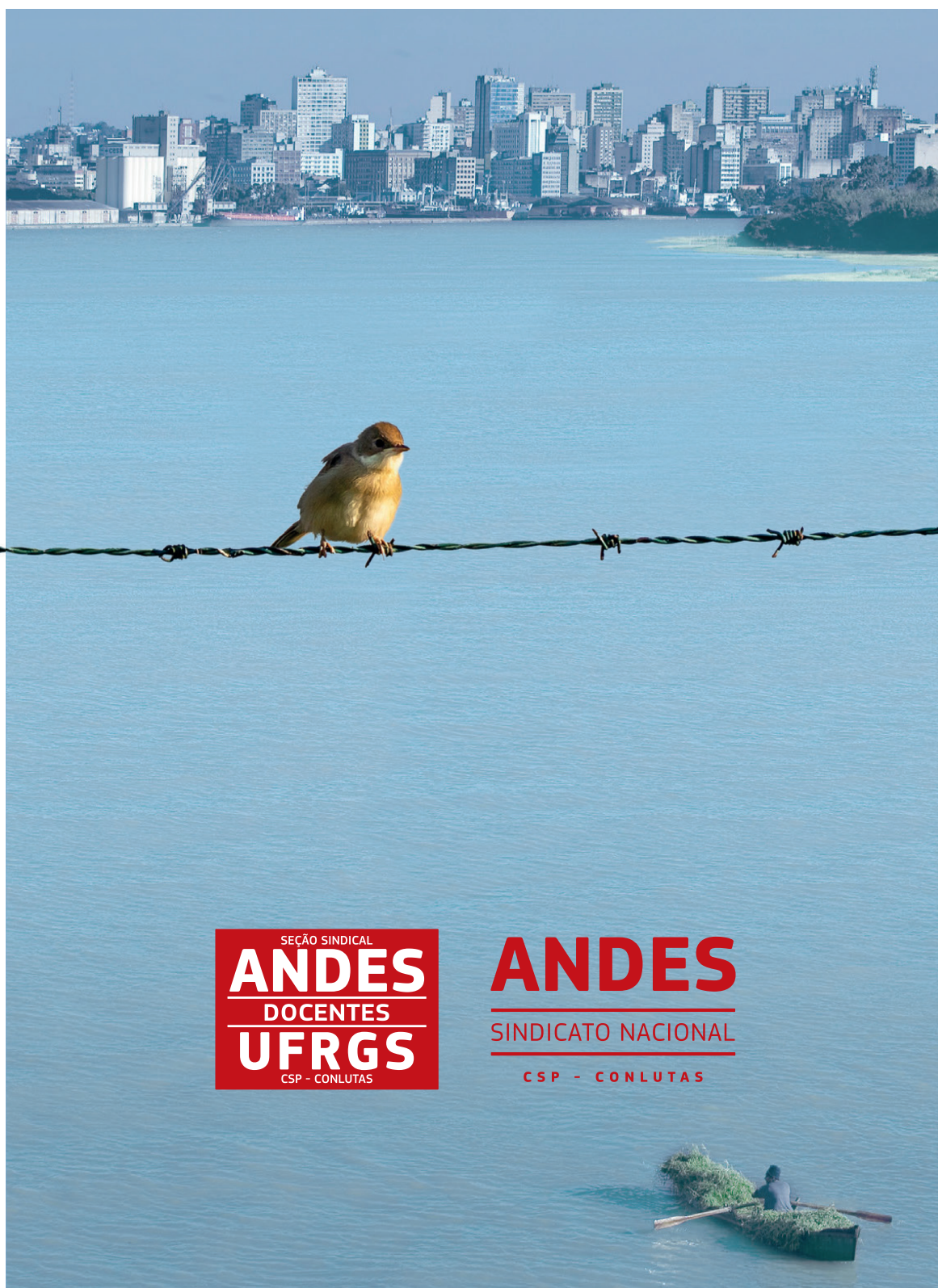
Confira algumas conquistas das mulheres brasileiras



40º
CONGRESSO do
ANDES-SN

**A VIDA ACIMA
DOS LUCROS:**
ANDES-SN 40 ANOS DE LUTA!

27.3 a 01.4/2022
PORTO ALEGRE / RS



SEÇÃO SINDICAL
ANDES
DOCENTES
UFRGS
CSP - CONLUTAS

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS